PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.219/2026
EXCLUSIVO

OBJETO: Aquisição de materiais médico-hospitalares e ambulatoriais, conforme condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e nos seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.
Anexo II – **Declaração Unificada**, englobado o Termo de inexistência de fato impeditivo; a Declaração de cumprimento dos requisitos; a Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21; a Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; a Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz; a Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa; e a Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento.
Anexo III – Minuta de Contrato.
Anexo IV– Compromisso de assinatura do Termo de Ciência e Notificação.
Anexo V – Mapa de Riscos.
Anexo VI – Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES:

04/09/2026 às 08h30	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (https://novobbmnet.com.br/)
05/10/2026 às 08h29	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (https://novobbmnet.com.br/)
05/10/2026 às 08h30	ABERTURA DA SESSÃO (https://novobbmnet.com.br/)
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (https://novobbmnet.com.br/)

LOCAL DOS EVENTOS SUPRA: https://novobbmnet.com.br/ “Acesso Identificado no link - BBMNET - Licitações”. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Eventuais duvidas com relação à Plataforma Eletrônica deverão ser sanadas através do Telefone (11) 3181-8214 Ramal 2 (Atendimento aos Licitantes).

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com Sede a Avenida Tiradentes, 520 – Taubaté/SP, inscrita no CNPJ sob o n° 45.176.005/0001-08, através do Prefeito Sérgio Luiz Victor Júnior, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, **TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** que será regido pela Lei 14133 e seus atos regulamentadores,do Decreto Municipal n.15.447/22(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal 16.199/25, Decreto 15.523/23, e demais normas pertinentes, da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis Complementares 147/14, 155/16, em suas redações atuais, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente **EDITAL**, com as seguintes características:

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Licitação Exclusiva ME/EPP? Sim
Amostras? Não
Catálogo/Ficha Técnica? Sim
Modo de Disputa: Aberto
Valor de Referência: Conforme item 1.3 do Edital
Critério de Julgamento: Menor preço por item
Regime De Execução: Empreitada por preço unitário

Ficha: 2032 - 18.02.0024.2.310.10.304.339030.08.8040107
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040107
Nota de Reserva nº 4100/2026

Ficha: 1914 - 18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040244
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040244
Nota de Reserva nº 4101/2026

Ficha: 1915 - 18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040276
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040276
Nota de Reserva nº 4102/2026

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais médico-hospitalares e ambulatoriais, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que integra este Edital.

1.2 Legislação. A presente Licitação será regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.3 Valor referencial. O valor total para a execução do objeto desse certame é de **R$18.734,36 (dezoito mil setessentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos).**

1.4 Se constatada divergência de sequência entre os itens dispostos no edital e aos da plataforma, **prevalecerão os constantes na plataforma.**

1.5 O licitante deverá se atentar à disposição dos itens constantes na plataforma eletrônica, sendo obrigatória a leitura de cada item para fins de inserção das propostas, não sendo aceitas quaisquer alegações futuras por falta de atenção.

1.6 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

2.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema da BBMNET no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/.

2.3 Caberá à Autoridade Competente, auxiliado pelo setor técnico, quando for o caso, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

2.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema BBMNET no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/.

2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma da BBMNET, por meio do sítio BBMNET https://novobbmnet.com.br/.

3.2 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Todas as licitantes que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021.

3.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.4.1 O impedimento de que trata o item acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.3.1 Para este certame, será permitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, em consonância com o Art. 15 da Lei Federal 14.133/21, viabilizando desta forma a união dos esforços entre as empresas que, sozinhas, não teriam condições de executar, satisfatoriamente, o presente objeto.

3.3.2 A participação de empresas em consórcio deverá atender a legislação aplicável, assim como as seguintes condições:

3.3.3 É vedada a participação de empresa consorciada nesta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.3.4 Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação.

3.3.4.1 O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.

3.3.4.2 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

a)Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,

b)Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.

3.3.5 Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

3.3.5.1 Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

3.3.5.2 Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no capital social mínimo, quando for o caso, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento). O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

3.3.6 O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

3.3.7 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio, no processo licitatório que originou o contrato.

3.4 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

3.4.1 Estão impedidos de participar do presente certame as empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra.

3.4.2 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

3.4.2.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

3.4.2.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação com regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

3.4.2.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

3.4.2.4 A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital;

3.5 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.7 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito no site https://taubate.sp.gov.br/ ou https://novobbmnet.com.br/. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados, nos sites acima mencionados.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os interessados em participar deste certame deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma BBMNET, por meio do sítio https://novobbmnet.com.br/.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (BBMNET), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 Os interessados em se credenciar na plataforma BBMNET poderão obter maiores informações na página https://novobbmnet.com.br/, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma ou pelo e-mail elicitacao@bbmnet.com.br.

4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Taubaté - SP responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento junto à plataforma BBMNET implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.8 A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Taubaté - SP, com apoio técnico e operacional da plataforma BBMNET, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1 A Prefeitura Municipal de Taubaté não se responsabilizará por impossibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de proposta por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.2 No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA;**

5.2 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.4 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula.

5.4.1 Deverá ser anexado no momento do cadastro da proposta na plataforma eletrônica, o número de registro do produto no Ministério da Saúde ou Cópia do Registro do produto no Ministério da Saúde, ou ainda, publicação no Diário Oficial da União, em plena validade ou prova de isenção. Também serão aceitos "prints" de páginas do sitio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso o mesmo esteja vencido apresentar cópia de todas as petições de revalidações. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação dos produtos (protocolo) quando for o caso, implicará desclassificação no item cotado.

5.4.1.1 - Para os produtos isento de registro, apresentar a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da dispensa de registro, conforme previsto na Lei n. 6360/1976, regulamentada pelo Decreto n 79094/1977 ou Resolução da Diretoria Colegiada - RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

5.4.2 Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá anexar o documento presente no item 5.4.1 e/ou 5.4.1.1 no campo denominado "FICHA TÉCNICA".

5.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.6 No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à Prefeitura Municipal de Taubaté, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

5.7 Na indicação da marca é vedada a utilização da palavra 'similar' ou de duas ou mais alternativas de marca dos materiais ofertados.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Concordância com o prazo de entrega conforme Termo de Referência, após a emissão da Autorização de Fornecimento ou da Assinatura do Contrato, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados via Sistema 1DOC, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.

5.10 Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

5.10.1 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

5.10.2 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

5.10.3 Na análise da documentação apresentada, poderão ser solicitados novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.

5.10.4 Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

5.10.5 A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.

5.11 Cronogramas de pagamento, observado a ordem cronológica, considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.
Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.
Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.
*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

5.11.1 Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

5.11.2 O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ‘pro rata tempore’.

5.12 Garantia: Conforme o Código do Consumidor.

5.13 As propostas sem data serão consideradas como emitidas na data limite para entrega dos documentos/ proposta.

5.14 As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento, caso o mesmo ainda não tenha sido apresentado neste pregão eletrônico.

5.15 Em caso de incompatibilidade do valor especificado na proposta, entre o valor numérico e o escrito por extenso, prevalecerá o valor do segundo.

5.16 Informamos que o quantitativo presente na coluna “qtd.” do Anexo - I - Modelo de Proposta de Preços, representa a quantidade máxima do item que poderá vir a ser adquirida.

5.17 - Neste certame não será possível ofertar proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto.

5.18 Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, prevalecendo o unitário.

5.19 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5.20 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

5.21 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a empresa pleitear acréscimos. Da mesma forma, o preço apresentado deverá incluir todos os benefícios e despesas indiretos, os quais serão assim considerados. No caso de erros aritméticos, serão considerados pelo(a) Pregoeiro(a), para fins de seleção e contratação, os valores retificados.

5.22 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema:

5.23 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006 e posteriores alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.24 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, salientando que e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.25 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com os documentos de habilitação.

5.26 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.

5.27 Caso ocorra empate entre os licitantes de acordo com o art. 60 da Lei 14.133/21, a plataforma irá encaminhar automaticamente as propostas nesta condição para lances num período de 5 (cinco) minutos.

5.27.1 Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o subitem 5.27, proceder-se-á ao sorteio eletrônico e automático pelo sistema das propostas empatadas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3 O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas neste Edital.

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lances.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (BBMNET).

6.11 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.12 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.13 Fica estabelecida a diferença mínima entre lances de 1% (um por cento).

6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16 Os licitantes só poderão ser identificados após a etapa de lances.

6.16.1 Caso haja a sua identificação em momento anterior, a licitante será desclassificada.

6.17 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada via chat do BBMNET, https://novobbmnet.com.br/, quando ocorrerá a nova data e hora para a sua reabertura.

7. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Serão observados os benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/06 para as microempresas ou empresas de pequeno porte;

7.2 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de empate, o(a) Pregoeiro(a) reiniciará a etapa de lances para o desempate.

7.2.1 Persistindo a equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora;

7.3 Toda negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida a melhor proposta.

8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2 O(A) Pregoeiro(a) convocará, quando for o caso, o licitante que não apresentou marca ou utilizou o termo "própria", ou algum termo genérico, no campo MARCA, para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, por meio da plataforma do BBMNET, sob pena de desclassificação se assim não o fizer.

9.3 O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

9.4 A proposta deverá preferencialmente ser encaminhada após o término da etapa de lances, e deverá conter:

9.4.1 Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

9.4.2 O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto, quando for o caso;

9.4.3 A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;

9.4.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

9.4.5 Dados do Responsável pela assinatura do Contrato ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento, como: Nome completo; RG; CPF; E-mail e Cargo desempenhado na empresa.

9.4.6 Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

9.5 O não envio da proposta atualizada quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) devido a não indicação da marca ou registro de marca "própria", ou algum termo genérico, por meio eletrônico com todos os requisitos elencados acima, ou descumprimento das diligências determinadas pelo(a) Pregoeiro(a) acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

9.6 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

9.7 Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto.

9.8 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o(a) Pregoeiro(a), após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ou igual ao preço máximo fixado.

9.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

9.10 O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Edital, vedada a juntada de novos documentos, a fim de atender alguma exigência deste edital, não apresentada anteriormente em sessão, findo o prazo de 01 (uma) hora estabelecido no item 9.2.

9.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de envio para a plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade.

9.14 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.15 Em caso que houver subitens dentro do lote, o desconto deverá ser realizado de maneira linear em comparação a proposta inicial.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Frente ao exposto no Termo de Referência constatou-se que a Capacidade Operacional da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que o impeça de participar deste certame ou da futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2 Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados);

10.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA - CNJ - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante.

10.1.5 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

10.2 Os documentos de habilitação deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia.

10.3 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível.

10.3.1 O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3.2 A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.3 Caso a licitante não tenha inserido as certidões, o Pregoeiro verificará em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

10.3.3.1 Se o Pregoeiro obtiver as certidões mediante pesquisa, será considerada para fins de habilitação.

10.3.3.2 Se o Pregoeiro não obtiver as certidões mediante pesquisa, ficará sob responsabilidade da empresa a não entrega das mesmas, sendo declarada inabilitada.

10.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos, desde que expedidos a no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

10.4.3 Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

10.8 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos.

10.10 PARA FINS DE HABILITAÇÃO, AS LICITANTES **DEVERÃO** ENCAMINHAR VIA PLATAFORMA DO BBMNET, PREFERENCIALMENTE APÓS O TÉRMINO DA ETAPA DE LANCES, E VINCULAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.10.1 Caso a Licitante opte por anexar toda a Documentação de Habilitação concomitantemente ao cadastro da proposta na plataforma, não haverá qualquer prejuízo à mesma. O(A) Pregoeiro(a) concederá ainda o

prazo de 01 (uma) hora, após o término da etapa de Lances, para que a mesma insira a proposta atualizada, caso não apresente marca ou tenha indicado marca "própria", ou algum termo genérico, junto ao registro da proposta na plataforma, e revise toda a Documentação inserida, e caso seja constatado alguma falha ou ausencia pela Licitante, poderá ser inserido novo documento, desde que dentro do prazo estipulado.

10.10.2 Caso a Licitante comunique via Chat que concluiu a inserção dos Documentos, o prazo de 01 (uma) hora será findado, e o(a) Pregoeiro(a) iniciará a análise dos mesmos, sendo veda a inserção de novos documentos a partir desde momento, salvo os casos previstos no item 10.4 do Edital.

10.11 Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

10.11.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como:

10.11.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.11.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.11.4 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.11.5 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.11.6 Licença de Funcionamento do estabelecimento, com validade em vigor, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde ou por órgão por ele determinado.

10.11.6.1 Serão aceitas as situações das licitantes enquadradas no §2º do art. 22 do Decreto nº 74.170/1974.

10.12 Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

10.12.1 Capacidade técnico-operacional, em nome da licitante fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, em sintonia com § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, observado o limite de 50% (cinquenta por cento). Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(ais).

10.12.2 Somatório de atestados de capacidade técnico-operacional: Será admitido o somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnica do licitante.

10.12.3 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.13 Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

10.13.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;

10.13.2 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, apenas ICMS) da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

10.13.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual;

10.13.4 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

10.13.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa.

10.14 Declarações:

10.14.1 **Declaração Unificada**, englobado o Termo de inexistência de fato impeditivo; a Declaração de cumprimento dos requisitos; a Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21; a Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; a Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz; a Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa; e a Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento;

10.14.2 Termo de Ciência e Notificação (Facultativo).

10.14.3 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.

10.14.4 Havendo dúvida sobre a veracidade de algum documento, será exigida a apresentação dos originais, não digitais.

10.15 Caso a Licitante melhor classificada, não tenha anexado previamente a Documentação de Habilitação, conforme item 10.10.1, o(a) Pregoeiro(a) convocará, após o término da Etapa de Lances, a Licitante Vencedora, para enviar digitalmente por meio da plataforma do BBMNET, toda a Documentação de Habilitação, bem como a proposta atualizada caso a mesma não tenha apresentado a marca ou tenha indicado marca "própria", ou algum termo genérico, na proposta registrada na plataforma, em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.

10.15.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

11. DO RECURSO

11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.

11.2 A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

11.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas

apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

11.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema do BBMNET.

11.6 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões ou, fazê-lo subir, devidamente informado à autoridade superior ao(a) Pregoeiro(a), com competência para decidir recursos, para a decisão final.

11.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.9 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto deste certame será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade competente.

12.2 Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATO

13.1 Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será firmado instrumento contratual com as empresas vencedoras, em conformidade com a minuta apresentada na forma de Anexo III, sendo os adjudicatários chamados via 1DOC a celebrá-lo em até quatro dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

13.2 A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da retirada da autorização e fornecimento a documentação abaixo:

13.2.1 Comprobatória de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos.

13.2.1.1 Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via Internet, sendo a adjudicatária notificada da impossibilidade de obtenção das atualizações por meio eletrônico.

13.2.2 Quando for o caso, verificar no site do Ministério do Trabalho e Emprego, https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/, a situação da empresa referente à Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e à Contratação de Aprendizes.

13.2.3 Quando aplicável, o capital social da empresa deverá ser compatível com o número de empregados (art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 e suas alterações).

13.3 Deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.

13.4 Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura do contrato ou documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.

13.5 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual decorrente deste certame licitatório se exigirá a comprovação de poderes do subscritor para assinar em nome da contratada, se tal já não constar dos autos ou do credenciamento.

13.6 No caso da licitante vencedora não assinar o instrumento contratual, ou não retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, reserva-se à Prefeitura Municipal de Taubaté o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, facultada a negociação para obtenção das mesmas condições já negociadas com o primeiro clentregaassificado, inclusive quanto ao preço, ou anular a licitação, independente das sanções previstas, para a licitante vencedora recalcitrante, neste Edital.

13.7 Até a assinatura do instrumento contratual, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Taubaté tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.

13.8 Ocorrendo desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, a Prefeitura Municipal de Taubaté poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no item supra.

13.9 O objeto deste certame deverá ser entregue no conforme estabelece o Termo de Referência.

13.10 A empresa se responsabilizará no momento da entrega, pelo descarregamento do material no local determinado pela Prefeitura Municipal de Taubaté.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

14.1 Da adjudicatária exigir-se-á o fiel cumprimento a todas as determinações do presente edital e seus anexos.

15. DAS PENALIDADES

15.1 As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

15.3 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.6 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 15.2.

15.6.1 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 15.2, a não observância

das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

15.6.1.1 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ou documento equivalente, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

15.6.1.2 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato, ou documento equivalente, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 15.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

15.10 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.2 É facultada ao(a) Pregoeiro(a), ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:

16.3.1 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao(a) Pregoeiro(a) no processo de julgamento.

16.3.2 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.

16.4 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.

16.5 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.

16.6 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

16.7 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada via Sistema 1DOC, devendo a mesma ser encaminhada ao Departamento de Compras.

16.8 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do Município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.

16.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.10 Fica eleito o foro da Comarca de Taubaté/SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.

16.11 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

16.12 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial do Município de Taubaté em https://taubate.sp.gov.br/novo/publicacoes-2/, e no site oficial do Município em https://taubate.sp.gov.br/.

16.13 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do(a) Pregoeiro(a), eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do(a) Pregoeiro(a) serão ratificadas pela autoridade superior.

16.14 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 28 de agosto de 2026.

CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA
SECRETÁRIO DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo de compra: 23219/2026

Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	Vlr. Unitario	Marca	Vlr. Total
1	50	UN	AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL 22 G X 3 1/2 Calibre: 22G (Diâmetro de 0,7mm). Comprimento: 3 1/2 polegadas (aproximadamente 9 cm). Ponta: Quincke, com design que facilita a penetração e o fechamento da perfuração após a remoção. Material: Aço inoxidável. Cor: Preta (geralmente). Mandril: Metálico, com encaixe anatômico e estilete de aço inox rígido. Canhão: Translúcido, cônico e com conector tipo Luer Lock, permitindo visualizar o retorno do líquor. Estilete: Com ponta colorida para identificação do calibre. Embalagem: Estéril, embalada individualmente . Registro ANVISA.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
2	10	UN	CÂNULA ENDOTRAQUEAL 7,5 Diâmetro Interno: 7,5 mm. Diâmetro Externo: 10,2 mm. Tipo: Com cuff (balão) de alta pressão e baixo volume, que proporciona vedação eficaz com baixa pressão na parede da traqueia. Material: PVC de grau médico, atóxico, não-pirogênico, translúcido e radiopaco. Esterilização: Por óxido de etileno. Uso: Descartável e de uso único. Conector: Padrão ISO de 15 mm. Ponta: Chanfrada, arredondada e atraumática, com orifício de Murphy. Outras características: Curvatura anatômica, marcas de profundidade precisas e linha radiopaca para auxiliar na visualização. Registro ANVISA.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
3	10	UN	CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5 Diâmetro Interno: 8,5 mm. Diâmetro Externo: 12,1 mm. Tipo: Com cuff (balão) de alta pressão e baixo volume, que proporciona vedação eficaz com baixa pressão na parede da traqueia. Material: PVC de grau médico, atóxico, não-pirogênico, translúcido e radiopaco. Esterilização: Por óxido de etileno. Uso: Descartável e de uso único. Conector: Padrão ISO de 15 mm. Ponta: Chanfrada, arredondada e atraumática, com orifício de Murphy. Outras características: Curvatura anatômica, marcas de profundidade precisas e linha radiopaca para auxiliar na visualização. Registro ANVISA.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
4	10	UN	CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0 Diâmetro Interno: 9,0 mm. Diâmetro Externo: 12,1 mm. Tipo: Com cuff (balão) de alta pressão e baixo volume, que proporciona vedação eficaz com baixa pressão na parede da traqueia. Material: PVC de grau médico, atóxico, não-pirogênico, translúcido e radiopaco. Esterilização: Por óxido de etileno. Uso: Descartável e de uso único. Conector: Padrão ISO de 15 mm. Ponta: Chanfrada, arredondada e atraumática, com orifício de Murphy. Outras características: Curvatura anatômica, marcas de profundidade precisas e linha radiopaca para auxiliar na visualização. Registro ANVISA.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
5	50	UN	ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIO Cerdas de nylon antimicrobianas nas duas pontas (dupla escovas); Haste flexível. Medidas aproximadas: 1,8mm de diâmetro externo por			

Processo de compra: 23219/2026

230 cm de comprimento, com espessura de 20mm. Registro na Anvisa.

Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	Vlr. Unitario	Marca	Vlr. Total
6	300	UN	ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADOR Dividido basicamente em duas partes,as valvas e o parafuso. Possui cânula de sucção firmemente aderida à valva por meio de solda por ultrassom. As valvas são produzidas em poliestireno. Estéril e descartável Instrumental atóxico, com parafuso (borboleta) acoplado e ducto com 8 niveis de diâmetro progressivo para conexão em borracha de aspiração aderido na valva oposta ao parafuso; *Registro na Anvisa; *Validade de no mínimo 75% do total do produto no momento da entrega			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
7	111	ROL	FIO DE POLIÉSTER Fio encerado confeccionado em 100% poliéster de alta tenacidade, destinado à costura manual. Deve possuir acabamento encerado, proporcionando maior resistência ao desgaste, facilidade de deslizamento e firmeza durante a costura. Apresentar resistência à tração, baixa elasticidade, boa durabilidade e acabamento uniforme, acondicionado em rolo/tubo de aproximadamente 100 gramas. Cor: Preta.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
8	700	ENV	FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO PRETO Fio 45 cm, Agulha 30 mm, 3/8 de círculo tipo triangular ESPECIFICAÇÃO Composição Fio: Nylon – Monofilamento Preto Registro ANVISA			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
9	6	PC	PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 02 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
10	6	PC	PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 03 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.			
Item	**Qtd.**	**Unid. Med.**	**Especificação**	**Vlr. Unitario**	**Marca**	**Vlr. Total**
11	6	PC	PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 04 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO			

Processo de compra: 23219/2026

Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	Vlr. Unitario	Marca	Vlr. Total
			NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.			
12	6	PC	PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 05 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	_____	_____	_____
13	6	PC	PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 06 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRA OXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	_____	_____	_____
14	22	PC	TESOURA IRIS CURVA TESOURA IRIS CURVA, COMPRIMENTO DE 11CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS CURVAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO	_____	_____	_____
15	40	PC	TESOURA IRIS RETA TESOURA IRIS RETA, COMPRIMENTO DE 11 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS RETAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO	_____	_____	_____

VALIDADE DA PROPOSTA : De acordo com o Edital

PRAZO DE ENTREGA: De acordo com o Edital

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: De acordo com o Edital

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____ **FAX:** _____

EMAIL: _____

ASSINATURA: _____

NOME COMPLETO: _____

RG N°: _____ **CPF N°:** _____

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ALÉM DOS DADOS ACIMA, DEVERÁ SER OBSERVADO O QUE DISPÕE O ITEM 3 - DA PROPOSTA DO EDITAL.

A AQUISIÇÃO DO OBJETO A SER ADQUIRIDO, TERÁ SEU JULGAMENTO DE ACORDO COM O EDITAL".

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Dados do Responsável pela assinatura do Contrato ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento:
Nome completo: _____ RG: _____CPF: _____

E-mail: _____Telefone: _____.
Cargo desempenhado na empresa: _____.
Para fins de pagamento:
Banco:_____ Número da Conta:_____ Agência:_____.

data*********de ********** de ****.

_____
Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – II

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado ____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei:

1) Que até a presente data inexiste fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual), para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.2 do respectivo instrumento convocatório.
2) Para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, caso seja ME/EPP/MEI, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.
3) Caso ME/EPP/MEI, em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.
4) Caso ME/EPP/MEI, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.
5) Para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
6) Para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
7) Para os devidos fins que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas. Declaro ainda que em licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), será priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.
   *Esta declaração somente produzirá efeitos para as empresas que possuam no mínimo 100 (cem) empregados, nos termos do artigo 93 da Lei n. 8.213/1991.
8) Não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.
9) Sr(a) _____, cargo _____ portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do C.P.F. n° representante legal da empresa_____, assinará a ata / contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.
   E-MAIL PESSOAL: _____.
   E-MAIL PROFISSIONAL: _____.
10) Declaramos ainda, para fins de pagamento, que os dados bancários são os seguintes:

Banco:____ Número da Conta:____ Agência:_____.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – III

MINUTA DO CONTRATO N°____/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EMPRESA _____, _____ PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E AMBULATORIAIS.

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08 na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, nº. 520, Centro, Taubaté/SP, presentes, de um lado, neste ato representada por_____, ora em diante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede na _____, nº ____, bairro _____, município de _____/SP, e-mail _____ representada por _____, portador do RG ____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na qualidade de adjudicatária no pregão eletrônico nº _____, processo administrativo nº _____, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº. 16.199/25, do Decreto Municipal nº. 15.447/2022 e suas alterações(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal nº. 15.523/2023 e demais normas pertinentes, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais médico-hospitalares e ambulatoriais.

1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de ___/___/___; e os novos preços definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA E GARANTIA.

2.1 - Prazo para execução do serviço, conforme Termo de Referência, contados da data da última assinatura eletrônica deste instrumento contratual, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.

2.1.1 - Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:

2.1.2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

2.1.3 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.

2.1.4 - Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.

2.1.5 - Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.

2.1.6 - A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.

2.2 - Vigência: Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual.

2.3 - Garantia: conforme codigo do consumidor.

2.4 - Para fins de contagem do prazo será considerada como data do contrato a última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no referido instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.
3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
3.2 - A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os equipamentos que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.
3.3 - Se os serviços apresentarem-se com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.
3.4 - A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que necessárias.
3.5 - O objeto deste certame deverá ser entregue, no Almoxarifado da Saúde, situado na Avenida AmadorBueno da Veiga, nº 1.211, Galpão II, Jardim Jaraguá, Taubaté/SP, CEP 12062-400,em dias úteis, no horário das 08h às 16h, ou em outro local previamente indicadopela Administração.
3.6 A empresa se responsabilizará no momento da entrega, pelo descarregamento do material no local determinado pela Prefeitura Municipal de Taubaté.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.
4.1 - O valor total do presente contrato é de R$ _____ (_____), por conta da dotação orçamentária _____ para atender às despesas inerentes a este contrato.
4.2 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
4.3 - Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, **considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada**. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.
Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.
Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.
*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

4.3.1 - Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
4.3.2 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

Previsão Orçamentária:
Ficha: 2032 - 18.02.0024.2.310.10.304.339030.08.8040107
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040107
Nota de Reserva nº 4100/2026

Ficha: 1914 - 18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040244
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08
Código de Aplicação: 8040244
Nota de Reserva nº 4101/2026

Ficha: 1915 - 18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040276
Classificação Econômica: 339030
Fonte: 08

4.3.3 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

5.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

5.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

5.4 - Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

5.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

5.6 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

5.7 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

5.8 - A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente o Termo de Referência.

5.9 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.779/2013.

5.10 - Para eventuais contratações de trabalhadores necessários a execução do objeto do presente contrato, fica a CONTRATADA obrigada a cumprir com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.544 de 31 de março de 2020, no sentido de fazer consulta prévia ao banco de dados do Balcão de Empregos de Taubaté.

5.11 - A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, abstendo-se de impor restrições injustificadas quando da alocação de trabalhadores PCD's e/ou reabilitados.

5.11.1 - A contratação e/ou a prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

5.11.2 - A CONTRATADA deve empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

5.12 - É dever de cada empresa apresentar ao Município, mensalmente, os comprovantes das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias (certidões negativas de débitos fundiários, contribuições previdenciárias e fiscais).

5.12.1 - Apresentar ainda, comprovação dos pagamentos das verbas trabalhistas como: salários, horas extras, adicionais de insalubridade de acordo com o PGR, PCMSO e LTCAT, recibos de EPIS, cesta básica, adicional noturno, gozo correto do intervalo intrajornada, pagamento do piso salarial da categoria, dentre outros previstos em normas coletivas, sob pena de não recebimento da nota fiscal (sempre que o objeto do ajuste se tratar de

prestação de serviço de mão de obra exclusiva e quando solicitado para outros tipos de contratações).
5.13 - Quando houver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração só poderá ser responsabilizada por encargos trabalhistas não cumpridos pela empresa terceirizada se for comprovada formalmente negligência na fiscalização do contrato, cabendo à parte autora da ação (empregado, sindicato, entre outros) provar se houve falha nessa fiscalização.
5.14 - Quando houver tratamento de dados pessoais, a Contratada deverá atender aos termos da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas alterações, bem como o Decreto Municipal Nº 16.038, de 19 de março de 2025, disponível em https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_241_34_29_05062025163224.pdf.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
6.1 - Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.
6.2 - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
6.3 - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
6.4 - Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
6.5 - Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Taubaté obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
6.6 - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
6.7 - Notificar, via sistema 1DOC, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
6.8 - Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
6.9 - Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
6.10 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
6.11 - Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada.
6.12 - Efetuar o recebimento do objeto conforme Art. 39 do Decreto Municipal N° 15.447 de 12 de dezembro de 2022(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf).
6.13 - Quando houver tratamento de dados pessoais, a Contratada deverá atender aos termos da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas alterações, bem como o Decreto Municipal Nº 16.038, de 19 de março de 2025, disponível em https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_241_34_29_05062025163224.pdf.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE
7.1 - Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será reajustado.
7.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado:
7.2.1 - Para os custos relativos à mão de obra e para os custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) serão contados da **data-base vinculada à data do orçamento**;
7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste

correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como último reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
7.4 - O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste deverá ser de acordo com o § 8º do Art. 25 da Lei 14.133/21.
7.5 - Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
7.5.1 - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
7.5.1.1 - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado e ao de mão de obra;
7.6 - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal e/ou sentença normativa.
7.7 - A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
7.8 - Quando o reajuste solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) e decorrentes de mão de obra, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[\left(\frac{IPCA}{IPCAo}\right) - 1\right]$$

Onde:
R = Parcela de reajuste;
Po = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;
IPCA/IPCAo= variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.
7.8.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
7.8.2 - Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
7.8.3 - Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
7.8.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8.5 - Independentemente do requerimento de reajuste, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
7.9 - Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
7.9.1 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou
7.9.2 - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, por sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.
7.10 - Os efeitos financeiros dos reajustes ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
7.11 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
7.11.1 - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
7.12 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.
8.1 - O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão

ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial do contrato ou o descumprimento de quaisquer obrigações ensejará sua rescisão, nos casos enumerados na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

8.2 - A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

8.3 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.

8.4 - As sanções dispostas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.5 - A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.5.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

8.6 - Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8 - A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.9 - As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.5.

8.10 - Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 8.5, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

8.11 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

8.12 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

8.13 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 8.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.14 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 8.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.13, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.15 - A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

8.16 - Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.
8.17 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.
8.18 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.
8.19 - As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via sistema 1Doc para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.
9.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.
9.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
9.3 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO.
10.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.
10.2 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.
10.3 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.
10.4 - Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATO
11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
11.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
11.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
11.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
11.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
11.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
11.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
11.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
11.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
11.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, abstendo-se de impor restrições injustificadas quando da alocação de trabalhadores PCD's e/ou reabilitados.
11.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
11.2.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor

inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
11.2.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
11.2.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
11.2.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
11.2.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
11.3 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
11.4 - A extinção do contrato poderá ser:
11.4.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
11.4.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
11.4.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
11.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
11.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
11.6.1 - Devolução da garantia;
11.6.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
11.6.3 - Pagamento do custo da desmobilização.
11.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
11.7.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
11.7.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
11.7.3 - Execução da garantia contratual para:
11.7.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
11.7.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
11.7.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
11.7.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
11.8 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA. NOS TERMOS DO CAPÍTULO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.
12.2 – A DETENTORA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOMEAÇÃO
13.1 – Fica designado o servidor _____, responsável pelo Setor de _____, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato, para fins do disposto na Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO
14.1 – Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas Lei 14133 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal 15.447/22 (https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal 16.199/25, Decreto 15.523/23, e demais normas pertinentes, da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis Complementares 147/14,

155/16, em suas redações atuais, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam eletronicamente o presente instrumento para todos os fins de direito.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

A empresa _____, sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade ____, estado ____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, **ASSUME O COMPROMISSO**, formal, pelo presente documento, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº ____/____**, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, de que, uma vez sagrando-se adjudicatária do certame, assinará, juntamente a referida Prefeitura, e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá do presente certame, ***Termo de Ciência e Notificação***, conforme Instruções 11/2021 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme minuta ora apresentada.
Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

Local e data

_____
Nome e identidade do declarante

OBS.: 1 – Este documento, facultativamente, poderá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico BBMNET (https://novobbmnet.com.br/), e estar acompanhado de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual, tudo devidamente registrado em Cartório ou publicado – conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa, documentos estes que ficarão retidos nos autos.

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO:_____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO:_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Nome: _____
Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – V

MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS
Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares destinados à realização de procedimentos anestésicos, cirúrgicos, ginecológicos

Risco 01 - Demora na Conclusão da Licitação

Probabilidad	Muito baixa		Baixa	X	Média		Alta		
Impacto:	Muito baixa		Baixa		Média		Alta	X	

Id.	**Danos**	
1	Comprometimento do cumprimento da legislação sanitária	
Id.	**Ação Preventiva***	**Responsável**
1	Comunicação do andamento da licitação com as partes interessadas.	Departamento de Compras
2	Monitorar os prazos e andamento do processo.	Secretaria de Saúde
3	Realizar os tramites pós certame (homologação, solicitação de empenho, emissão de contrato ou A.F.) com maior celeridade.	Departamento de Compras
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Verificar na Prefeitura se há contrato semelhante aditamento ou utilização	Secretaria de Saúde

RISCO 02 - Licitação Deserta ou Fracassada

Probabilidad	Muito baixa		Baixa		Média		Alta	X
Impacto:	Muito baixa		Baixa		Média		Alta	X

Id.	**Danos**	
1	Comprometimento do cumprimento da legislação sanitária	
Id.	**Ação Preventiva***	**Responsável**
1	Acompanhamento imediato no momento do certame	Unidade Requisitante Saúde Mental
2	Comunicação do andamento da licitação com as partes interessadas.	Secretaria de Saúde
3	Celeridade na reapresentação do processo ou finalização do mesmo com a liberação do recurso financeiro	Departamento de Compras
Id.	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Verificar na Prefeitura se há contrato semelhante aditamento ou utilização de	Secretaria de Saúde

RISCO 03 - Atraso na entrega

Probabilida	Muito baixa		Baixa		Média	X	Alta	
Impacto:	Muito baixa		Baixa		Média		Alta	X

Id.	**Danos**	
1	Comprometimento do cumprimento da legislação sanitária	
Id.	**Ação Preventiva***	**Responsável**
1	Monitorar junto à empresa o andamento da entrega do item solicitado, assim	Gestor do Contrato

Amapholla Karoanne Melo Pafume
Assessor do Secretário Municipal de Saúde

CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA
Secretário de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2026

ANEXO – VI

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto o fornecimento de materiais médico-hospitalares destinados à realização de procedimentos anestésicos, cirúrgicos, ginecológicos, , visando atender às necessidades da Casa da Mãe Taubateana, da Policlínica Municipal de Especialidades, do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) e das demais unidades da Secretaria de Saúde do Município de Taubaté, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

2. Fundamentação da Contratação

A presente contratação fundamenta-se na necessidade permanente de garantir a disponibilidade de materiais de consumo e instrumentais destinados à execução de procedimentos assistenciais, cirúrgicos, anestésicos, ginecológicos, diagnósticos e técnicos, indispensáveis ao funcionamento regular da Casa da Mãe Taubateana, da Policlínica Municipal de Especialidades, do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) e das demais unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de Taubaté.

Os materiais objeto deste Termo de Referência são empregados rotineiramente por equipes multiprofissionais na realização de procedimentos que demandam elevado padrão de qualidade, precisão, segurança e confiabilidade, constituindo recursos essenciais para a adequada prestação dos serviços de saúde. Sua utilização possibilita a execução segura das atividades assistenciais e técnicas, contribuindo para a manutenção da qualidade da assistência e para a observância dos protocolos clínicos e das boas práticas adotadas nos estabelecimentos de saúde.

A indisponibilidade desses materiais poderá comprometer a continuidade dos atendimentos, ocasionar a suspensão ou o adiamento de procedimentos eletivos e de urgência, aumentar os riscos assistenciais, prejudicar a segurança dos pacientes e profissionais de saúde e impactar negativamente o funcionamento das unidades assistenciais, com reflexos diretos na eficiência da prestação dos serviços públicos.

A contratação visa assegurar o abastecimento regular das unidades contempladas, permitindo o adequado planejamento logístico, o gerenciamento eficiente dos estoques e a reposição

programada dos materiais, reduzindo a ocorrência de desabastecimentos e evitando a adoção de medidas emergenciais, que, em regra, apresentam menor vantajosidade para a Administração Pública.

Além disso, a padronização dos materiais e instrumentais utilizados pela rede municipal de saúde contribui para a uniformização dos procedimentos, maior segurança assistencial, simplificação dos processos de fiscalização, melhoria da rastreabilidade dos produtos, aperfeiçoamento da gestão dos estoques e racionalização da aplicação dos recursos públicos, proporcionando maior eficiência administrativa e operacional.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, observando as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os regulamentos específicos para dispositivos médicos e instrumentais cirúrgicos, bem como toda a legislação sanitária vigente, garantindo qualidade, desempenho, resistência, esterilidade, biocompatibilidade, durabilidade e segurança durante sua utilização.

Verifica-se, ainda, que o mercado nacional dispõe de número expressivo de fabricantes, distribuidores e fornecedores especializados, aptos a atender às especificações técnicas estabelecidas, possibilitando ampla competitividade, observância ao princípio da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo às necessidades permanentes das unidades assistenciais e técnicas, garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde e o adequado desenvolvimento das atividades realizadas em benefício da população.

Por fim, a contratação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demonstrando-se técnica, operacional e administrativamente necessária para assegurar a continuidade da assistência à saúde, a qualidade dos procedimentos realizados e a segurança dos pacientes e profissionais que utilizam os serviços da rede municipal de saúde.

3. Descrição da solução

A solução consiste no fornecimento de materiais de consumo e instrumentais destinados à execução de procedimentos assistenciais, cirúrgicos, anestésicos, ginecológicos, diagnósticos e técnicos, visando atender às necessidades da Casa da Mãe Taubateana, da Policlínica Municipal de Especialidades, do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) e das demais unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de Taubaté.

Os materiais contemplados destinam-se à utilização rotineira pelas equipes multiprofissionais, constituindo recursos indispensáveis para a realização de procedimentos de diferentes níveis de complexidade, bem como para o apoio às atividades assistenciais e ao processamento de produtos para saúde, sendo essenciais para assegurar a continuidade dos serviços prestados à população.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, observando rigorosamente os requisitos mínimos de qualidade, desempenho, precisão, resistência, durabilidade, ergonomia, biocompatibilidade, esterilidade, quando aplicável, e demais características indispensáveis à utilização segura e eficiente nos serviços de saúde.

Os materiais classificados como dispositivos médicos deverão possuir registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando exigido pela legislação específica, admitindo-se aqueles legalmente dispensados de registro, desde que apresentada a documentação comprobatória pertinente. Os instrumentais reutilizáveis deverão ser fabricados em materiais de elevada resistência mecânica e à corrosão, compatíveis com os processos de limpeza, desinfecção, esterilização e manutenção rotineiramente empregados nos estabelecimentos de saúde.

Os produtos estéreis deverão ser fornecidos em embalagens individuais, íntegras e invioladas, capazes de preservar suas características até o momento da utilização. As embalagens deverão conter identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, número do registro sanitário, quando aplicável, e demais informações exigidas pela legislação vigente.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando o abastecimento contínuo das unidades, maior eficiência no gerenciamento dos estoques, redução de perdas por vencimento, otimização da logística de distribuição e racionalização da aplicação dos recursos públicos.

O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

A entrega deverá ocorrer no Almoxarifado da Saúde, situado na Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 1.211, Galpão II, Jardim Jaraguá, Taubaté/SP, CEP 12062-400, em dias úteis, no horário das 08h às 16h, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

A contratada será responsável pelo adequado acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, adotando todas as medidas necessárias para preservar suas características físicas, químicas, microbiológicas e funcionais, bem como a integridade das embalagens e a esterilidade dos produtos, quando aplicável, até o recebimento definitivo pela Administração.

Os materiais serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento, podendo ser recusados, total ou parcialmente, caso apresentem defeitos de fabricação, desgaste prematuro, falhas de funcionamento, danos decorrentes do transporte, embalagens violadas, perda da esterilidade, divergência em relação às especificações técnicas, ausência de registro sanitário quando exigido, prazo de validade inferior ao estabelecido ou qualquer outra desconformidade que comprometa sua utilização. Nessas hipóteses, a contratada deverá providenciar a substituição dos produtos, sem quaisquer ônus para a Administração, nos prazos previstos neste Termo de Referência.

A solução contempla a padronização dos materiais e instrumentais utilizados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para maior segurança na execução dos procedimentos, uniformização das rotinas assistenciais, fortalecimento das ações de controle e rastreabilidade, otimização da gestão dos estoques, maior eficiência na fiscalização contratual e melhor aplicação dos recursos públicos.

A disponibilização contínua desses materiais permitirá assegurar a realização regular dos procedimentos assistenciais e técnicos, reduzindo riscos decorrentes de desabastecimento, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes de saúde e garantindo maior qualidade, segurança e eficiência no atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A execução da solução observará integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 6.360/1976, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), das normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis, e das demais

legislações pertinentes aos dispositivos médicos e instrumentais utilizados nos serviços de saúde.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se adequada, suficiente e compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando o abastecimento regular das unidades contempladas, a continuidade dos procedimentos assistenciais e técnicos, a segurança dos pacientes e profissionais, a qualidade dos serviços prestados e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

Material	Unidade	QTDE
AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL 22 G X 3 1/2CALIBRE: 22G (DIÂMETRO DE 0,7MM). COMPRIMENTO: 3 1/2 POLEGADAS (APROXIMADAMENTE 9 CM). PONTA: QUINCKE, COM DESIGN QUE FACILITA A PENETRAÇÃO E O FECHAMENTO DA PERFURAÇÃO APÓS A REMOÇÃO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. COR: PRETA (GERALMENTE). MANDRIL: METÁLICO, COM ENCAIXE ANATÔMICO E ESTILETE DE AÇO INOX RÍGIDO. CANHÃO: TRANSLÚCIDO, CÔNICO E COM CONECTOR TIPO LUER LOCK, PERMITINDO VISUALIZAR O RETORNO DO LÍQUOR. ESTILETE: COM PONTA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO CALIBRE. EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE . REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	50
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 7,5DIÂMETRO	UNIDADE	10

INTERNO: 7,5 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 10,2 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.		
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO: 8,5 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 12,1 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	**UNIDADE**	**10**

CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0DIÂMETRO INTERNO: 9,0 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 12,1 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA.	UNIDADE	10
ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIO CERDAS DE NYLON ANTIMICROBIANAS NAS DUAS PONTAS (DUPLA ESCOVAS); HASTE FLEXÍVEL. MEDIDAS APROXIMADAS: 1,8MM DE DIÂMETRO EXTERNO POR 230 CM DE COMPRIMENTO, COM ESPESSURA DE 20MM. REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	50
ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADOR DIVIDIDO BASICAMENTE EM DUAS PARTES,AS VALVAS E O PARAFUSO. POSSUI CÂNULA DE SUCÇÃO FIRMEMENTE ADERIDA À VALVA POR MEIO DE SOLDA POR ULTRASSOM. AS VALVAS SÃO PRODUZIDAS EM POLIESTIRENO. ESTÉRIL E DESCARTÁVEL INSTRUMENTAL ATÓXICO, COM PARAFUSO (BORBOLETA) ACOPLADO E DUCTO COM 8 NIVEIS DE DIÂMETRO PROGRESSIVO PARA CONEXÃO EM BORRACHA DE ASPIRAÇÃO ADERIDO NA VALVA OPOSTA AO PARAFUSO; *REGISTRO NA ANVISA;*VALIDADE DE NO MÍNIMO 75% DO TOTAL DO PRODUTO NO	UNIDADE	300

MOMENTO DA ENTREGA		
FIO DE POLIÉSTER FIO ENCERADO CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, DESTINADO À COSTURA MANUAL. DEVE POSSUIR ACABAMENTO ENCERADO, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA AO DESGASTE, FACILIDADE DE DESLIZAMENTO E FIRMEZA DURANTE A COSTURA. APRESENTAR RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, BAIXA ELASTICIDADE, BOA DURABILIDADE E ACABAMENTO UNIFORME, ACONDICIONADO EM ROLO/TUBO DE APROXIMADAMENTE 100 GRAMAS. COR: PRETA.	ROLO	111
FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO PRETOFIO 45 CM, AGULHA 30 MM, 3/8 DE CÍRCULO TIPO TRIANGULAR ESPECIFICAÇÃO COMPOSIÇÃO FIO: NYLON – MONOFILAMENTO PRETO REGISTRO ANVISA	UNIDADE	700
PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 02 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	Peça	6
PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 03 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	Peça	6
PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 04 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICO NÃO ARTICULADO, NÃO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDAÇAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	Peça	6

PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 05 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	Peça	6
PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 06 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DE BIOPSIA DE PELE.	Peça	6
TESOURA IRIS CURVA -TESOURA IRIS CURVA, COMPRIMENTO DE 11CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS CURVAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO	Peça	22
TESOURA IRIS RETATESOURA IRIS RETA, COMPRIMENTO DE 11 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS RETAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO	Peça	40

4. Requisitos da contratação

Para atendimento da necessidade identificada, os materiais e instrumentais deverão apresentar características técnicas compatíveis com sua finalidade de utilização, observando rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência, as normas técnicas aplicáveis e a legislação sanitária vigente.

Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, sem indícios de violação, avarias, oxidação, desgaste, recondicionamento ou reutilização, fabricados com matérias-primas de qualidade, garantindo desempenho, segurança, confiabilidade e adequação aos procedimentos assistenciais, cirúrgicos, ambulatoriais, diagnósticos e técnicos desenvolvidos pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Requisitos específicos

I **Agulha para anestesia espinhal:** deverá ser estéril, descartável, de uso único, embalada individualmente, possuir dispositivo que minimize o trauma tecidual, atender às dimensões e especificações previstas no Termo de Referência e possuir registro vigente na ANVISA.

II **Cânula para intubação:** deverá ser estéril, descartável, de uso único, embalada individualmente, confeccionada em material biocompatível, atóxico, livre de látex quando aplicável, atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e possuir registro vigente na ANVISA.

III **Fio cirúrgico:** deverá ser estéril, de uso único, acondicionado em embalagem individual, apresentar elevada resistência à tração, integridade da agulha quando aplicável, atender às especificações técnicas quanto ao material, calibre, comprimento e demais características previstas no Termo de Referência, possuindo registro vigente na ANVISA.

IV **Escova para limpeza de endoscópios:** deverá apresentar dimensões compatíveis com os canais dos equipamentos a que se destina, possuir cerdas resistentes e flexíveis, permitir adequada higienização sem causar danos aos equipamentos, atender às especificações do fabricante dos endoscópios. deverá possuir registro vigente na ANVISA .

V **Espéculo ginecológico para procedimentos ambulatoriais:** deverá ser estéril, descartável, de uso único, embalado individualmente, confeccionado em material resistente, atóxico e transparente, permitindo adequada visualização durante os procedimentos, possuindo registro vigente na ANVISA.

VI **Fio de poliéster:** deverá apresentar elevada resistência mecânica, baixa elasticidade, acabamento uniforme, acondicionamento adequado, atender às especificações constantes do Termo de Referência. Este produto não está sujeito ao registro na ANVISA, por não se enquadrar como produto para saúde.

VII **Tesouras cirúrgicas:** deverão ser confeccionadas em aço inoxidável de qualidade cirúrgica, apresentar excelente acabamento, resistência à corrosão, precisão de corte, alinhamento perfeito das lâminas, superfície lisa, livre de imperfeições, possibilitando esterilização pelos métodos convencionalmente utilizados em estabelecimentos de saúde, atendendo integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência e possuir registro vigente na ANVISA.

VIII **Punches cirúrgicos:** deverão ser confeccionados em aço inoxidável de qualidade cirúrgica, possuir excelente acabamento, elevada resistência mecânica e à corrosão, proporcionar precisão durante os procedimentos, permitir esterilização pelos métodos convencionais e atender às dimensões e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e possuir registro vigente na ANVISA.

Requisitos gerais

Os produtos classificados como dispositivos médicos deverão possuir registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo admitidos apenas materiais regularmente registrados ou legalmente dispensados de registro, mediante apresentação da documentação comprobatória.

Os instrumentais cirúrgicos reutilizáveis deverão ser fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, apresentando acabamento de alta qualidade, ausência de rebarbas, deformações, trincas, oxidação ou quaisquer defeitos que possam comprometer seu desempenho, segurança ou
processo de esterilização.

As embalagens deverão preservar integralmente as características dos produtos durante o transporte e armazenamento, contendo, de forma legível, no mínimo:

I identificação do produto;

II fabricante ou importador;

III número do lote;

IV data de fabricação, quando aplicável;

V prazo de validade, quando aplicável;

VI número do registro na ANVISA,

VII instruções de uso, conservação e esterilização, quando cabíveis.

Os materiais deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações dimensionais, funcionais e de desempenho estabelecidas no Termo de Referência, incluindo medidas, calibres, composição, resistência mecânica, acabamento, esterilidade, compatibilidade, ergonomia e demais características necessárias ao uso seguro e eficiente.

Os produtos estéreis deverão apresentar prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, **75% (setenta e cinco por cento)** do prazo total de validade informado pelo fabricante na data da entrega.

O prazo máximo para entrega será de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

A fornecedora deverá substituir, sem quaisquer ônus para a Administração, os produtos recusados em razão de defeitos, vícios de fabricação, divergências em relação às especificações técnicas, danos decorrentes do transporte ou qualquer desconformidade constatada no recebimento ou durante o prazo de garantia legal.

5. Modelo de execução do objeto

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega do bem em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela administração, em estrita observância das especificações do Termo de referência, edital e da proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo e procedência.

A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir às suas expensas no prazo fixado de 30 dias

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da

presente licitação.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A contratante obriga-se

Receber o material, disponibilizando local, data e horário.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado pelo setor demandante.

No ato da entrega, o aceite final do material será realizado após a conferência por parte da unidade requisitante, que verificará se o material entregue atende ao descritivo técnico e as especificações deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

A fiscalização e o acompanhamento dos fornecimentos ficarão a cargo da unidade requisitante, a quem compete verificar se a Contratada está executando corretamente o fornecimento, obedecendo aos termos do contrato e aos demais documentos que o integram. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou preposto.

Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela Contratada, sem ônus a Contratante. Sendo de responsabilidade:

- Gestor: Amapholla Karoanne Melo Pafume , Assessor do Secretário Municipal de Saúde
- Fiscal: Rafael Felipe de Oliveira , Diretor de Diretrizes em Vigilância em Saúde . A comunicação entre contratante e contratada ocorrerá prioritariamente via 1Doc.

O Departamento responsável pela fiscalização se reserva no direito de recusar os fornecimentos executados que não atendam as especificações estabelecidas pela contratante.

Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega, ou troca de marca/modelo do

objeto deverão ser protocoladas antes do vencimento do prazo de entrega para avaliação da unidade requisitante, devidamente justificados e, se for o caso, com documentos anexados que comprovem a necessidade da prorrogação.

Além disso, são previstas as seguintes sanções em caso de descumprimento contratual:

Lei Federal nº 14.133/2021:

"...

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à

Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste

parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

VIII - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

IX - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

X - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes

de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

IX - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

X - Pagamento da multa;

XI- Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

XII - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

XIII - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

..."

7. Critério de Medição e Pagamento

De acordo com a Portaria SEAF n.º 42 de 02 de fevereiro de 2022 — Prefeitura de Taubaté.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.

Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.

Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.

*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração. Ademais, salientamos que caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

8. Forma e Critérios de seleção do fornecedor

O vencedor do certame será designado com base no menor preço apresentado e atendimento às cláusulas de habilitação técnica e jurídicas constante no edital, que será formalizado pelo Departamento de Compras.

A seleção deverá ser em forma de itens.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Prefeitura Municipal de Taubaté

Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18

UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000

CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 663/2026

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.74.15 - AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL 22 G X 3 1/2CALIBRE: 22G (DIÂMETRO DE 0,7MM). COMPRIMENTO: 3 1/2 POLEGADAS (APROXIMADAMENTE 9 CM). PONTA: QUINCKE, COM DESIGN QUE FACILITA A PENETRAÇÃO E O FECHAMENTO DA PERFURAÇÃO APÓS A REMOÇÃO. MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL. COR: PRETA (GERALMENTE). MANDRIL: METÁLICO, COM ENCAIXE ANATÔMICO E ESTILETE DE AÇO INOX RÍGIDO. CANHÃO: TRANSLÚCIDO, CÔNICO E COM CONECTOR TIPO LUER LOCK, PERMITINDO VISUALIZAR O RETORNO DO LÍQUOR. ESTILETE: COM PONTA COLORIDA PARA IDENTIFICAÇÃO DO CALIBRE. EMBALAGEM: ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE . REGISTRO ANVISA. **Qtde.:** 50 UN

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	109806 JOSE DANTAS DINIZ FILHO	22.077.847/0001-07	Sim		8,4900	R$ 424,50
	Data Orçamento:	17/11/2025				
1	127312 NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS-HOSPITALARES LTDA	32.737.279/0001-87	Sim		9,5000	R$ 475,00
	Data Orçamento:	26/02/2026				
1	126703 NOVA DENTAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.	22.810.157/0001-15	Sim		5,2000	R$ 260,00
	Data Orçamento:	08/06/2026				
			Médias Unitário / Total :		**R$ 7,7300**	**R$ 386,50**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.140.2 - CÂNULA ENDOTRAQUEAL 7,5DIÂMETRO INTERNO: 7,5 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 10,2 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA. **Qtde.:** 10 UN

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
2	142642 SANTA MONICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	07.292.903/0001-32	Sim		9,1900	R$ 91,90
	Data Orçamento:	14/11/2025				
2	25308 PONTUAL COMERCIAL EIRELI	01.854.654/0001-45	Sim		22,7000	R$ 227,00
	Data Orçamento:	30/01/2026				
2	44262 CB BICALHO COMERCIO ATACADISTA E EMPREENDIMENTOS LTDA.	11.676.339/0001-29	Sim		14,6800	R$ 146,80
	Data Orçamento:	27/04/2026				
			Médias Unitário / Total :		**R$ 15,5233**	**R$ 155,23**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.140.4 - CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO: 8,5 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 12,1 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA. **Qtde.:** 10 UN

Prefeitura Municipal de Taubaté
Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000
CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 663/2026

3	144081	DISTRI MEDICAR LTDA	47.766.462/0001-88	Sim	12,2000	R$ 122,00
		Data Orçamento: 19/11/2025				
3	144099	UNIDAS DISTRIBUIDORA LTDA	48.493.494/0001-10	Sim	17,8500	R$ 178,50
		Data Orçamento: 22/01/2026				
3	25308	PONTUAL COMERCIAL EIRELI	01.854.654/0001-45	Sim	22,7000	R$ 227,00
		Data Orçamento: 30/01/2026				
				Médias Unitário / Total :	**R$ 17,5833**	**R$ 175,83**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.140.3 - CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0DIÂMETRO INTERNO: 9,0 MM. DIÂMETRO EXTERNO: 12,1 MM. TIPO: COM CUFF (BALÃO) DE ALTA PRESSÃO E BAIXO VOLUME, QUE PROPORCIONA VEDAÇÃO EFICAZ COM BAIXA PRESSÃO NA PAREDE DA TRAQUEIA. MATERIAL: PVC DE GRAU MÉDICO, ATÓXICO, NÃO-PIROGÊNICO, TRANSLÚCIDO E RADIOPACO. ESTERILIZAÇÃO: POR ÓXIDO DE ETILENO. USO: DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. CONECTOR: PADRÃO ISO DE 15 MM. PONTA: CHANFRADA, ARREDONDADA E ATRAUMÁTICA, COM ORIFÍCIO DE MURPHY. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: CURVATURA ANATÔMICA, MARCAS DE PROFUNDIDADE PRECISAS E LINHA RADIOPACA PARA AUXILIAR NA VISUALIZAÇÃO. REGISTRO ANVISA. **Qtde.:** 10 UN

Seq. Item	Fornecedores		CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	144081	DISTRI MEDICAR LTDA	47.766.462/0001-88	Sim		12,2000	R$ 122,00
		Data Orçamento: 19/11/2025					
4	127312	NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS-HOSPITALARES LTDA	32.737.279/0001-87	Sim		5,1500	R$ 51,50
		Data Orçamento: 26/02/2026					
4	18798	SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	05.847.630/0001-10	Sim		9,3000	R$ 93,00
		Data Orçamento: 22/06/2026					
				Médias Unitário / Total :		**R$ 8,8833**	**R$ 88,83**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.128.3 - ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIOCERDAS DE NYLON ANTIMICROBIANAS NAS DUAS PONTAS (DUPLA ESCOVAS); HASTE FLEXÍVEL. MEDIDAS APROXIMADAS: 1,8MM DE DIÂMETRO EXTERNO POR 230 CM DE COMPRIMENTO, COM ESPESSURA DE 20MM. REGISTRO NA ANVISA. **Qtde.:** 50 UN

Seq. Item	Fornecedores		CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
5	144125	CRYSSIL FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	00.059.062/0001-79	Sim		68,0000	R$ 3.400,00
		Data Orçamento: 26/01/2026					
5	143272	NEW MEDIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.	49.747.096/0001-45	Sim		42,0000	R$ 2.100,00
		Data Orçamento: 13/04/2026					
5	142519	PAULO CESAR AGOSTINI ORTOPEDICOS	14.556.855/0001-08	Sim		39,6000	R$ 1.980,00
		Data Orçamento: 15/07/2026					
				Médias Unitário / Total :		**R$ 49,8667**	**R$ 2.493,34**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Prefeitura Municipal de Taubaté
Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000
CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 663/2026

Item : 217.81.2 - ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADORDIVIDIDO BASICAMENTE EM DUAS PARTES,AS VALVAS E O PARAFUSO.POSSUI CÂNULA DE SUCÇÃO FIRMEMENTE ADERIDA À VALVA POR MEIO DE SOLDA POR ULTRASSOM.AS VALVAS SÃO PRODUZIDAS EM POLIESTIRENO.ESTÉRIL E DESCARTÁVELINSTRUMENTAL ATÓXICO, COM PARAFUSO (BORBOLETA) ACOPLADO E DUCTO COM 8 NIVEIS DE DIÂMETRO PROGRESSIVO PARA CONEXÃO EM BORRACHA DE ASPIRAÇÃO ADERIDO NA VALVA OPOSTA AO PARAFUSO; *REGISTRO NA ANVISA;*VALIDADE DE NO MINIMO 75% DO TOTAL DO PRODUTO NO MOMENTO DA ENTREGA **Qtde.:** 300 UN

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
6	144100 GOLDEN MED COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS LTDA	39.625.691/0001-54	Sim		20,4000	R$ 6.120,00
	Data Orçamento: 15/11/2025					
6	137559 MOLVIMED COM. IMP. E EXP. DE INSTR. E PROD. CIRURGICOS	36.658.639/0001-06	Sim		50,7400	R$ 15.222,00
	Data Orçamento: 13/04/2026					
6	140402 F.A.P ALEIXO LTDA.	26.180.747/0001-62	Sim		21,9900	R$ 6.597,00
	Data Orçamento: 08/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 31,0433**	**R$ 9.312,99**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.88.21 - FIO DE POLIÉSTERFIO ENCERADO CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, DESTINADO À COSTURA MANUAL. DEVE POSSUIR ACABAMENTO ENCERADO, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA AO DESGASTE, FACILIDADE DE DESLIZAMENTO E FIRMEZA DURANTE A COSTURA. APRESENTAR RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, BAIXA ELASTICIDADE, BOA DURABILIDADE E ACABAMENTO UNIFORME, ACONDICIONADO EM ROLO/TUBO DE APROXIMADAMENTE 100 GRAMAS. COR: PRETA. **Qtde.:** 111 ROL

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
7	144104 TP SOUSA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	48.315.388/0001-46	Sim		20,9900	R$ 2.329,89
	Data Orçamento: 25/11/2025					
7	144103 DISTRIBUIDORA MSI LTDA	14.892.568/0001-79	Sim		25,9400	R$ 2.879,34
	Data Orçamento: 29/01/2026					
7	144102 HERNANDES & CIA LTDA	20.798.806/0001-84	Sim		21,6100	R$ 2.398,71
	Data Orçamento: 06/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 22,8467**	**R$ 2.535,98**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.88.22 - FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO PRETOFIO 45 CM, AGULHA 30 MM, 3/8 DE CÍRCULO TIPO TRIANGULAR ESPECIFICAÇÃO COMPOSIÇÃO FIO: NYLON – MONOFILAMENTO PRETO REGISTRO ANVISA **Qtde.:** 700 ENV

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
8	123861 VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	37.882.886/0001-54	Sim		3,9600	R$ 2.772,00
	Data Orçamento: 30/10/2025					
8	144080 DENTAL AGUDOS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	25.172.737/0001-12	Sim		2,0800	R$ 1.456,00
	Data Orçamento: 02/12/2025					
8	126174 BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA.	37.844.479/0002-33	Sim		2,0700	R$ 1.449,00
	Data Orçamento: 03/07/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 2,7033**	**R$ 1.892,31**

Prefeitura Municipal de Taubaté

Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18

UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000

CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 663/2026

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 25.295.2 - PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 02 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DEBIOPSIA DE PELE. **Qtde.:** 6 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
9	137108 SOLMEDI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA.	14.433.455/0001-05	Sim		9,4700	R$ 56,82
	Data Orçamento: 17/12/2025					
9	34068 CIRURGICA UNIAO LTDA.	04.063.331/0001-21	Sim		7,5000	R$ 45,00
	Data Orçamento: 13/03/2026					
9	144231 WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA	11.318.264/0001-04	Sim		9,0000	R$ 54,00
	Data Orçamento: 20/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 8,6567**	**R$ 51,94**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 25.295.3 - PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 03 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DEBIOPSIA DE PELE. **Qtde.:** 6 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
10	140469 ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.477.586/0001-32	Sim		14,0600	R$ 84,36
	Data Orçamento: 27/11/2025					
10	34068 CIRURGICA UNIAO LTDA.	04.063.331/0001-21	Sim		8,0000	R$ 48,00
	Data Orçamento: 13/03/2026					
10	144232 GALMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.393.892/0001-88	Sim		13,1200	R$ 78,72
	Data Orçamento: 04/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 11,7267**	**R$ 70,36**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 25.295.4 - PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 04 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DEBIOPSIA DE PELE. **Qtde.:** 6 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
11	140469 ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.477.586/0001-32	Sim		14,0600	R$ 84,36
	Data Orçamento: 27/11/2025					
11	140499 APG COMERCIAL LTDA.	20.182.918/0001-06	Sim		9,6800	R$ 58,08
	Data Orçamento: 18/12/2025					
11	34068 CIRURGICA UNIAO LTDA.	04.063.331/0001-21	Sim		10,8300	R$ 64,98
	Data Orçamento: 13/03/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 11,5233**	**R$ 69,14**

Prefeitura Municipal de Taubaté

Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18

UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000

CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

Mapa Comparativo de Preços

Cotação : 663/2026

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 25.295.5 - PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 05 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DEBIOPSIA DE PELE. **Qtde.:** 6 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
12	140469 ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.477.586/0001-32	Sim		12,8500	R$ 77,10
	Data Orçamento: 27/11/2025					
12	144232 GALMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	42.393.892/0001-88	Sim		12,3000	R$ 73,80
	Data Orçamento: 04/05/2026					
12	144231 WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA	11.318.264/0001-04	Sim		9,0000	R$ 54,00
	Data Orçamento: 20/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 11,3833**	**R$ 68,30**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 25.295.6 - PUNCH DE BIOPSIA DERMATOLOGICA N. 06 MM EM ACO INOX E AUTOCLAVAVEL, INSTRUMENTO CIRURGICONAO ARTICULADO, NAO CORTANTE E TRATAMENTO CONTRAOXIDACAO. UTILIZADO PARA COLETA DE MATERIAL DEBIOPSIA DE PELE. **Qtde.:** 6 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
13	140469 ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.477.586/0001-32	Sim		12,5000	R$ 75,00
	Data Orçamento: 27/11/2025					
13	127259 Biondi & Bush Comercial LTDA.	52.448.548/0001-00	Sim		12,1700	R$ 73,02
	Data Orçamento: 18/12/2025					
13	144231 WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA	11.318.264/0001-04	Sim		9,0000	R$ 54,00
	Data Orçamento: 20/05/2026					
			Médias Unitário / Total :		**R$ 11,2233**	**R$ 67,34**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.76.16 - TESOURA IRIS CURVATESOURA IRIS CURVA, COMPRIMENTO DE 11CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS CURVAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO **Qtde.:** 22 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
14	137888 ANA JULIA MARTINS FALEIROS DE ANDRADE LTDA.	40.649.293/0001-57	Sim		32,2500	R$ 709,50
	Data Orçamento: 04/11/2025					
14	122629 DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	19.316.524/0001-14	Sim		30,0000	R$ 660,00
	Data Orçamento: 25/11/2025					
14	43802 ATHENA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS MED	34.412.925/0001-61	Sim		30,3500	R$ 667,70
	Data Orçamento: 22/06/2026					

Cotação : 663/2026

Médias Unitário / Total : **R$ 30,8667** **R$ 679,07**

Solicitação de Compra 1220/2026, 1221/2026, 1386/2026

Objeto : Aquisição de materiais médicos

Item : 217.76.15 - TESOURA IRIS RETATESOURA IRIS RETA, COMPRIMENTO DE 11 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTAS FINAS, LÂMINAS RETAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO **Qtde.:** 40 PC

Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
15	122629 DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	19.316.524/0001-14	Sim		15,7000	R$ 628,00
	Data Orçamento: 25/11/2025					
15	137560 STAN COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	38.405.762/0001-40	Sim		16,9399	R$ 677,60
	Data Orçamento: 14/05/2026					
15	144021 D R REPRESENTAÇÕES LTDA	04.954.908/0001-95	Sim		18,9000	R$ 756,00
	Data Orçamento: 10/06/2026					
	Médias Unitário / Total :				**R$ 17,1800**	**R$ 687,20**

Dados Vencedor			Classificado	Valor Total
144100	GOLDEN MED COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS LTDA	39.625.691/0001-54	Sim	R$ 6.120,00
34068	CIRURGICA UNIAO LTDA.	04.063.331/0001-21	Sim	R$ 93,00
122629	DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	19.316.524/0001-14	Sim	R$ 1.288,00

126174	BIOLINE FIOS CIRÚRGICOS LTDA.	37.844.479/0002-33	Sim	R$ 1.449,00
126703	NOVA DENTAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.	22.810.157/0001-15	Sim	R$ 260,00
127312	NOEM MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS-HOSPITALARES LTDA	32.737.279/0001-87	Sim	R$ 51,50
140499	APG COMERCIAL LTDA.	20.182.918/0001-06	Sim	R$ 58,08
142519	PAULO CESAR AGOSTINI ORTOPEDICOS	14.556.855/0001-08	Sim	R$ 1.980,00
142642	SANTA MONICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	07.292.903/0001-32	Sim	R$ 91,90
144081	DISTRI MEDICAR LTDA	47.766.462/0001-88	Sim	R$ 122,00
144104	TP SOUSA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	48.315.388/0001-46	Sim	R$ 2.329,89



Prefeitura Municipal de Taubaté
Av. Tiradentes, 520 - Centro - CEP 12.030--18
UF: SAO PAULO - Brasil - Fone/Fax (12) 36255000
CNPJ: 45.176.005/0001-08 HOME PAGE:

144231	WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA	11.318.264/0001-04	Sim	R$ 108,00

Desclassificação	Motivo

Total para o Menor Preço:	R$ 13.951,37
Total para o Maior Preço:	R$ 27.167,48
Total para a Média Cotada:	R$ 18.734,36

Justificativa : Aquisição de materiais médicos

Estimativa do Valor da Contratação – R$18.734,36

REJATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Jei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 15.447/2022.

OBJETO: materiais médico-hospitalares destinados à realização de procedimentos anestésicos, cirúrgicos, ginecológicos, e ao processamento de equipamentos médicos

PERÍODO DE REAJIZAÇÃO: 03/07/2026 A 16/07/2026 – 14:26

MÉTODO MATEMÁTICO APJICADO: o preço estimado foi aferido por meio de (X) Média ( ) Mediana ( ) Menor Preço ( ) Outra:

METODOJOGIA APJICADA: Foi utilizado a metodologia dos incisos I e II, site Comprasgov e Painel Nacional de Contratações Públicas

COJABORADOR(ES) RESPONSÁVEJ(IS) PEJA PESQUISA: Juiz Felipe Andre Coelho, Chefe de Seção de Compras, 03/07/2026 A 23/07/2026, 14:56

FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 23 Da Jei Federal nº 14.133/21

(X) I - Painel de Preços – compras.gov (https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp);

Objeto	Und	Qtde	Contratante	Empenho/ Licitação	Preço Unit. (em R$)
ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADOR	UNIDADE	500	HOSPITAL UNIV DA UNIVERSIDADE FEDERAL AMAPA	Pregão Eletrônico N° 90050/ 2025	R$ 21,99
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0DIÂMETRO	Unidade	360	HOSPITAL UNIV. Mª APARECIDA PEDROSSIAN	Pregão Eletrônico N° 90052/ 2025	R$ 12,20
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0DIÂMETRO	Unidade	50	ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	Pregão Eletrônico N° 90127/ 2026	R$ 9,30
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 9,0DIÂMETRO	Unidade	2380	HOSPITAL ROBERTO A SILVARES	Pregão Eletrônico N° 90010/ 2025	R$ 5,15
ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADOR	Unidade	3	HOSPITAL NAVAL_DE SALVADOR	Contratação Direta nº 118/2025	R$ 20,40
ESPÉCULO VAGINAL ESTÉRIL COM DUCTO ASPIRADOR	Unidade	15	ECE-CONSORCIO PUB.DE SAUDE MICROREGIAO CRATO	Pregão Eletrônico N° 92005/ 2026	R$ 50,74
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO	Unidade	375	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	Pregão Eletrônico N° 90083/ 2025	R$ 17,85
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO	Unidade	1080	HOSPITAL UNIV. Mª APARECIDA PEDROSSIAN	Pregão Eletrônico N° 90052/ 2025	R$ 12,20
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO	Unidade	50	ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	Pregão Eletrônico N° 90127/ 2026	R$22,70
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 7,5DIÂMETRO INTERNO	Unidade	100	PREFEITURA MUN. DE SANTO ANTONIO DO ICA	Pregão Eletrônico N° 90022/ 2025	R$ 9,1900
CÂNULA ENDOTRAQUEAL 7,5DIÂMETRO INTERNO	Unidade	250	FUNDO MUN.DE SAUDE DE PRESIDENTE KENNEDY - ES	Pregão Eletrônico N° 90070/ 2025	R$ 14,6800
ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIO	UNIDADE	100	HOSPITAL NAVAL DE NATAL	PREGÃO 90001/2026	R$ 68,00
ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIO	UNIDADE	50	HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE	Pregão Eletrônico N° 90047/ 2025	R$ 39,60
AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL	UNIDADE	502	MEC-INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UF/RJ	Pregão Eletrônico N° 90009/ 2025	R$ 9,50

AGULHA ANESTÉSICA ESPINHAL	UNIDADE	100	COMANDO DA AERONÁUTICA DE RECIFE	Pregão Eletrônico N° 90063/ 2025	R$ 8,49
FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO	UNIDADE	96	ESP-COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ	Contratação Direta nº 114/2025	R$ 2,08
FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO	UNIDADE	1008	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU /SP	Pregão Eletrônico N° 93548/ 2025	R$ 3,96
Tesoura Iris Ponta curva	UNIDADE	30	Secretaria de Saúde do estado do Maranhão	Pregão Eletrônico N° 90069/ 2025	R$ 32,25
Tesoura Iris Ponta curva	UNIDADE	20	Prefeitura municipal de Astorga	Pregão Eletrônico N° 90047/ 2025	R$ 30,00
Tesoura Iris Ponta curva	UNIDADE	06	Hospital militar de Área de Manaus	Pregão Eletrônico N° 90047/ 2025	R$ 30,35
Tesoura Iris Ponta Reta	UNIDADE	35	Prefeitura Municipal de Riachão	Pregão Eletrônico N° 90006/ 2026	R$ 18,90
Tesoura Iris Ponta Reta	UNIDADE	12	Prefeitura Municipal de Brotas	Contratação Direta nº 434/2026	R$ 16,9399
Tesoura Iris Ponta Reta	UNIDADE	30	Prefeitura Municipal de Novas Tebas	Pregão Eletrônico N° 90069/ 2025	R$ 15,70

(X) II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior m data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; (https://pncp.gov.br/app/contratos?pagina=1 ou https://pncp.gov.br/app/atas?pagina=1)

Objeto	Und	Qtde	Contratante	Empenho/ Įicitação	Preço Unit. (em R˚)
AGUĮHA ANESTÉSICA ESPINHAĮ	CAIXA	50	PREFEITURA MUNICIPAĮ DE RESENDE ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PREGÃO EĮETRÔNICO N: 279/2025.	R˚ 5,20
CÂNUĮA ENDOTRAQUEAĮ 7,5DIÂMETRO INTERNO	UNIDADE	10	PREFEITURA MUNICIPAĮ DE REGISTRO SP	PREGÃO EĮETRÔNICO 7.284/2025	R˚ 22,70

CÂNULA ENDOTRAQUEAL 8,5DIÂMETRO INTERNO	UNIDADE	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO SP	PREGÃO ELETRÔNICO 7.284/2025	R$ 22,70
FIO DE SUTURA EM NYLON 4/0 AGULHADO	UNIDADE	50	HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90088/2026	2,0700
ESCOVA DE LIMPEZA DO CANAL ENDOSCÓPIO	UNIDADE	10	MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA	PREGÃO 90001/2026	R$ 68,00

(X) III - pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Objeto	Fornecedor (Nome e CNPJ)	Local de pesquisa (Endereço Completo)	Data/hora de acesso	Preço Unit. (em R$)
FIO ENCERADO 100% POLIÉSTER	HERNANDES & CIA LTDA CNPJ 20.798.806/0001-84	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	03/07/2026, 08:25	R$ 21,61
FIO ENCERADO 100% POLIÉSTER	DISTRIBUIDORA MSI LTDA CNPJ 14.892.568/0001-79	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-	16/07/2026, 09:48	R$ 25,94
		preco		
FIO ENCERADO 100% POLIÉSTER	TP SOUSA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	03/07/2026, 08:22	R$ 20,99
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 2.0 MM	SOLMEDI COM. DE MAT. MÉDICO E HOSPITALAR LTDA-EPP - CNPJ 14.433.455/0001-05	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:45	R$ 9,47
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 2.0 MM	CIRURGICA UNIÃO LTDA - 04.063.331/0001-21	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:44	R$ 7,50
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 2.0 MM	WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ 11.318.264/0001-04	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:43	R$ 9,00

PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 3.0 MM	GALMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -CNPJ 42.393.892/0001-88	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:56	R$ 13,12
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 3.0 MM	CIRURGICA UNIAO LTDA - CNPJ - 04.063.331/0001-21	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:07	R$ 8.00
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 3.0 MM	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA- CNPJ 85.477.586/0001-32	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:03	R$ 14,06
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 4.0 MM	APG COMERCIAL LTDA - CNPJ-20.182.918/0001-06	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:11	R$ 9,68
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 4.0 MM	CIRURGICA UNIAO LTDA - CNPJ - 04.063.331/0001-21	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:11	R$ 10,83
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 4.0 MM	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA- CNPJ 85.477.586/0001-32	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:09	R$ 14,06
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 5.0 MM	GALMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -CNPJ 42.393.892/0001-88	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:42	R$12.30
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 5.0 MM	WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ 11.318.264/0001-04	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:40	R$ 9,00
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 5.0 MM	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA- CNPJ 85.477.586/0001-32	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:13	R$ 12,85
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 6.0 MM	ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA- CNPJ 85.477.586/0001-32	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:52	R$ 12,50
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 6.0 MM	BIONDI & BUSCH MATERIAIS HOSPITALARES LTDA CNPJ - 52.448.548/0001-00	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:50	R$ 12,17
PUNCH, PARA BIOPSIA, DESCARTÁVEL, 6.0 MM	WEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ 11.318.264/0001-04	https:// sistema.bbmnet.com.br/ dados-mercado/pesquisa-preco	23/07/2026, 14:48	R$ 9,00

ANÁĮISE DA PESQUISA

Após análise detalhada dos preços obtidos, tendo sido priorizado o inciso I e II como fonte de consulta chegou-se ao:

Preço Estimado	**R$ 18.734,36 (dezoito mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos)**

ANEXOS:

A documentação comprobatória contendo 189 (CENTO E OITENTA E NOVE) folhas que compõem a pesquisa de preços, segue anexa a este relatório.

10. Recebimento

O vencedor deverá realizar a entrega no prazo máximo de 30 (trinta) dias com validade a contar a partir da data da Assinatura do Contrato.

Referente ao local para entrega, informamos que deverá ser entregue no Almoxarifado da Saúde, Galpão II localizado à Avenida Amador Bueno da Veiga, n 1211- Jaraguá — CEP: 12.062-400- Taubaté/SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, com horário de funcionamento das 08h às às 16h, atentando-se aos feriados municipais.

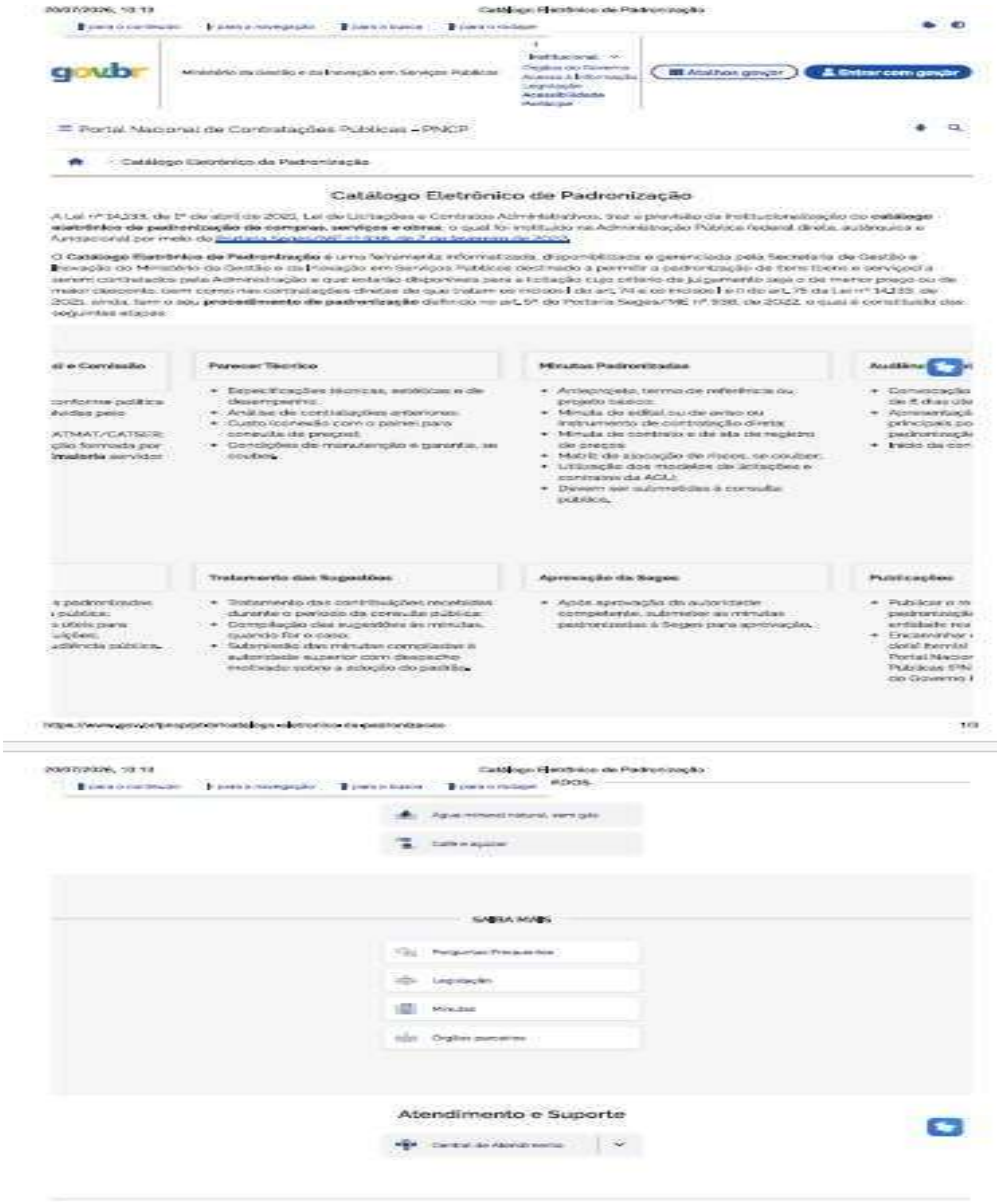
11. Adequação Orçamentária

EMENDA	FICHA	DOTAÇÃO
170.50	2032	18.02.0024.2.310.10.304.339030.08.8040107
175.25	1914	18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040244
176.31	1915	18.02.0023.2.309.10.302.339030.08.8040276

12. Catálogo Eletrônico de Padronização

Não se aplica, conforme anexado a seguir, pois o item, não compõe o catálogo eletrônico de padronização, constando apenas os itens Água mineral natural sem gás e café e açúcar.

A licitante vencedora obriga-se a entregar o bem a que se refere este Termo de Referência de acordo, estritamente, com as especificações neste descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto no todo ou em parte em que for constatado pela Administração não estar em conformidade com as referidas especificações.



Declaramos para os devidos fins, que os requisitos do presente Termo de Referência cumprem com os requisitos mínimos exigidos na Lei 14.133/2021.

Amapholla Karoanne Melo Pafume

Assessor do Secretário Municipal de Saúde

CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA
Secretário de Saúde